1290000584
IE
TCC/UNICAMP L934n
UNICAMP
ECONOMIA

Monografia II

Relatório Final

Natureza da Inserção Feminina no Mercado de Trabalho: Rendimento e Posição na Ocupação na Região Metropolitana de São Paulo nos anos noventa

Aluno: Cleber Luiz Lourenço RA: 941443

Orientadora: Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone

Campinas, 14 de dezembro de 1998

TCC/UNICAMP
L934n
IE/584

CEDOC/IE

Introdução

Destacam-se como características básicas do mercado de trabalho brasileiro a alta rotatividade e baixa estabilidade ou vínculo entre os empregadores e empregados, pouca formalização e muita flexibilidade de contratação e demissão. No Brasil, a instabilidade dos empregos, a falta de especialização dos trabalhadores e o baixo nível dos salários são aspectos inter-relacionados de um regime fluido de relações de trabalho, que se nota pelo livre-arbítrio dos empregadores, produto da ausência de uma regulamentação coletiva do uso e remuneração da mão de obra. Em conseqüência, prevaleceu uma acentuada desigualdade sócio-econômica, na qual uma parcela dos trabalhadores, embora não totalmente excluída, não fez parte da base do mercado de consumo de massa. A rotatividade no mercado de trabalho pode ser relacionada ao grau de qualificação profissional do trabalhador, sendo que, quanto maior a qualificação menor será esta rotatividade. A alta proporção de empregados com pouca instrução, a dificuldade destes em acumular tempo de serviço no estabelecimento e o baixo nível de sua remuneração inicial respondem, em grande medida, pela elevada assimetria e dispersão da distribuição dos salários.

A retomada da produção, conduzida pela indústria de transformação no início da década de noventa, não tem gerado empregos formais na indústria com ritmo comparável ao de décadas anteriores. Novos fenômenos estão ocorrendo, que sugerem a eminência de uma transformação profunda na estrutura do emprego urbano, modificando a forma de ocupação da população ativa. A grande magnitude atingida pelo desemprego é um dos fatos mais marcantes do desempenho recente do

mercado de trabalho na Grande São Paulo, sendo um fenômeno que não vem se revertendo pela recuperação no ritmo de produção nos anos noventa quando comparados aos oitenta. Um outro fato que se observa é uma mudança pronunciada na composição das oportunidades ocupacionais abertas à população metropolitana. O aumento das oportunidades de emprego se deram em outros setores que não os da indústria de transformação e da construção civil. A queda do emprego formal na indústria, principalmente de transformação, não teve como causa apenas a redução da produção, mas também, e principalmente, o processo de modificação na organização dos processos produtivos e empresariais na indústria, significando não apenas racionalização e aumento da produtividade, mas também terceirização de funções e importação de bens intermediários que antes eram fornecidos por empresas nacionais (Baltar e Proni,1996). A abertura comercial brasileira, juntamente com o contexto de "globalização" e liberalização econômica, mudou as relações produtivas e de trabalho no país. A terceirização, a terciarização, as inovações tecnológicas e o grande aumento da competição entre as firmas refletiram-se no mercado de trabalho sob vários aspectos, dentre os quais observam-se dois principais: Quantitativamente, a perda do peso do setor industrial na geração de empregos é identificada e qualitativamente nota-se a precariedade dos novos empregos gerados, que estão principalmente no setor terciário e apresentam baixa remuneração (Alves e outros, 1997). Porém, o aumento do peso do setor terciário na geração de empregos na economia contribuiu para a maior participação feminina, que cresceu entre os anos de 1989 e 1995 comparando-se com a participação masculina.

Constatou-se que a inserção feminina na força de trabalho deu-se com o objetivo de manter o patamar de renda familiar prejudicado com a recessão econômica da década

de oitenta. A diminuição dos postos de trabalho afetou mais os homens, porque deu-se em ocupações que as mulheres não tinham presença significativa, como as da indústria, construção civil e atividades financeiras (Pacheco e Pochmann, 1996; Baltar, 1996; Mattoso e Baltar, 1997). As mulheres concentram-se num grupo restrito de ocupações, geralmente ligadas às atividades de serviços pessoais como serviço doméstico, costura, cozinha, etc. Também no ensino primário, administração pública e saúde (Lavinas, 1997; Ometto, 1997; Bruschini, 1998).

No que diz respeito à análise qualitativa das ocupações que apresentam mulheres, Leone destaca que a jornada de trabalho na década de noventa aumentou se comparada aos anos oitenta. Isto ocorre devido aos problemas gerados no mercado de trabalho com aumento do desemprego, reorganização empresarial, etc. Houve também um aumento da proporção de mulheres com trabalho em tempo parcial, mas mais de três quartos das mulheres trabalha mais de 40 horas por semana, observando-se um aumento de trabalhadores em geral com carga excessiva de trabalho e também com tempo parcial de serviço (Leone, 1998). O nível educacional revelou-se melhor na década de noventa para todos os trabalhadores, com destaque para os homens, que apresentam um aumento da proporção nas faixas acima de uma escolaridade mínima. Porém, a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho e a saída de homens com baixo grau de instrução "está provocando uma maior homogeneização do perfil educacional dos trabalhadores de ambos os gêneros"(Leone, 1998).

O objetivo desta pesquisa é avaliar de que maneira a força de trabalho feminina foi afetada pelo desempenho do mercado de trabalho na primeira metade dos anos noventa. O período escolhido, de 1989 a 1995, diz respeito ao momento em que se

verifica a abertura comercial e financeira da economia brasileira, transformando as relações de concorrência entre as empresas no âmbito do processo de globalização.

O local a ser analisado é a Região Metropolitana de São Paulo, que corresponde a aproximadamente sete milhões de empregados neste período, sendo que a participação feminina representa 36,5% no ano de 1989 e 40% no ano de 1995 da força de trabalho, de acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Esta monografia é parte integrante de uma pesquisa já iniciada pela Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone chamada "Emprego Feminino: Formas de Expansão e Natureza da Inserção", e pretende analisar a natureza da inserção feminina na atividade econômica a partir do exame de características qualitativas das ocupações nas quais as mulheres se inseriram. Através das variáveis nível de remuneração e posição na ocupação controlando idade e grau de escolaridade, será feita uma análise preliminar da qualidade das ocupações e das variações ocorridas entre 1989 e 1995. Será seguida também uma tipologia construída para as ocupações, classificando-as de acordo com o seguinte critério:

Tipicamente Masculina: ocupações que apresentam até 20% de mulheres empregadas (inclusive).

Predominantemente Masculinas: ocupações que apresentam de 20 a 50% de mulheres empregadas (inclusive).

Predominantemente Femininas: ocupações que apresentam de 50 a 80% de mulheres empregadas (inclusive).

Tipicamente Femininas: ocupações que apresentam de 80 a 100% de mulheres empregadas.

O trabalho pretende, portanto, verificar os impactos causados pelas mudanças no andamento da economia e do comportamento do mercado de trabalho brasileiro na qualidade das ocupações geradas no início da década de noventa, destacando as diferenças existentes entre homens e mulheres e enfatizando a questão da mulher, cujo espaço neste mercado vem crescendo.

Capítulo 1: O fucionamento do Mercado de Trabalho e da Economia Brasileira nos anos Oitenta e Noventa

1.1 A Economia Brasileira nos Anos 80

A década de oitenta foi definida como uma período de estagflação, onde o crescimento econômico estava estagnado e altas taxas de inflação eram verificadas. A economia brasileira no início dos anos 80, assim como toda a América Latina, sofreu as consequências do choque do petróleo e da brusca elevação das taxas de juros internacionais, principalmente dos Estados Unidos. Tem-se, portanto, um grande enxugamento da liquidez internacional. A pauta de importações do Brasil era constituída principalmente pelo petróleo, máquinas e equipamentos. Commodities e bens industrializados tradicionais constituíam a parte de maior relevância das exportações. Ocorreu, portanto, uma piora nos termos de intercâmbio para o Brasil, surgindo grandes déficits comerciais e a elevação da taxa de juros americana, proveniente da política do dólar forte, provocou problemas de financiamento. Assim, aumenta também o peso do serviço da dívida no Balanço de Pagamentos brasileiro. Nota-se, portanto, um grave desequilíbrio no Balanço de Transações Correntes, tanto pelo lado do Balanço Comercial como pelo Balanço de Serviços. A maior parcela da dívida externa brasileira encontrava-se nas mãos do setor público, que havia realizado o processo de estatização da dívida no final dos anos setenta.

A oferta de recursos para o financiamento das economias latino-americanas é dificultada, principalmente a partir de 1982, com a moratória mexicana. Há uma crise no sistema financeiro internacional e os bancos americanos, principais credores destes países, suspendem a oferta de crédito, obrigando países como o Brasil a realizarem um ajuste recessivo de suas economias nos moldes do FMI.

Força-se, portanto, um superávit comercial como a única maneira de reequilibrar o Balanço de Pagamentos. Assim, tem-se uma política recessiva, visando contrair a demanda interna, aliada a uma maxidesvalorização cambial. O déficit comercial é revertido por volta de 1985, auxiliado por uma recuperação da economia mundial. Porém, a inflação já atinge níveis muito elevados neste período.

A convivência prolongada da economia brasileira com elevadas taxas de inflação levou à criação de mecanismos de indexação, que foram se tornando cada vez mais intrínsecos ao funcionamento do sistema. As práticas ortodoxas de controle da inflação aplicadas no período não se mostraram eficazes para controlar o problema.

A segunda metade dos anos 80 é marcada por tentativas heterodoxas de estabilização da economia brasileira, numa situação em que a dívida externa se tornava insustentável com a restrição de financiamento externo (moratória brasileira em dezembro de 1986). Ao mesmo tempo, problemas que já vinham do período militar, como a defasagem no preço das tarifas públicas e as altas taxas de inflação tornavam o déficit público um problema estrutural. Estes fatores, combinados com o crescimento excessivo da dívida interna, tornavam difíceis as condições de financiamento do setor público.

A falta de controle sobre a dívida pública gerava também a necessidade de intervenção do Banco Central, para recomprar títulos da dívida que não tinham

demanda (títulos "podres"), reduzindo as suas possibilidades para exercer controle monetário. Dessa forma a dívida interna se tornava um fator de ampliação da instabilidade econômica, tanto do ponto de vista da política fiscal quanto monetária. Estes problemas persistiram na economia brasileira, agravando-se no período 1986-1990 e depois do fracasso do Plano Cruzado, com a volta das tendências inflacionárias.

No que se refere ao Plano Cruzado, num primeiro momento houve acentuada queda da inflação, porém temporária : no final de 1986 esta volta a se acelerar. No que diz respeito ao nível de atividade econômica, nota-se um aumento expressivo nas vendas do comércio e da produção industrial. Um dos destaques do Cruzado foi o uso de instrumentos de política de rendas para combater a inflação, procurando fixar os preços no congelamento e na estabilidade da taxa de câmbio. Para eliminar a memória inflacionária, foram eliminados os esquemas formais de indexação. A queda dos superávits comerciais foi um dos resultados mais adversos do Plano Cruzado.

Porém a existência de pressões inflacionárias estruturais levaram ao estrangulamento do câmbio (que estava fixado), e minaram as bases do plano. A saída do Plano Cruzado consistiu na reindexação progressiva da economia, começando pelo mercado financeiro e pela taxa de câmbio, que retoma as minidesvalorizações, num ritmo maior que a inflação.

Os planos Bresser (1987) e Verão (1988) foram concebidos com objetivos semelhantes, de redução do patamar inflacionário e saneamento das contas públicas, assim como outras medidas na tentativa de reestabelecer o controle macroeconômico. Ambos os planos se utilizaram com contenção de demanda como instrumento de

atuação sobre a inflação, e não tentaram implementar reformas estruturais sobre a economia, concentrando-se em metas de estabilização de curto prazo.

Com relação ao plano Bresser, segundo Kandir, "assim como a experiência do Plano Cruzado, o plano heterodoxo de 1987 fracassou na proposta de superar determinados obstáculos estruturais ao desenvolvimento e à estabilização. O Plano Bresser não foi suficiente para estabilizar a inflação, cuja reaceleração minou expressivamente o esforço de recuperar as receitas do setor público, e aprofundou a redução do salário real. De outro lado, foi possível afastar, por mais de um ano, a perspectiva de hiperinflação, reverter a tendência de crise financeira e reajustar, de acordo com os objetivos, a composição da demanda agregada"(Kandir,1989). Não houve nenhum avanço concreto na renegociação da dívida externa.

No que se refere ao Plano Verão, as suas consequências mais marcantes foram: em primeiro lugar, a introdução de um elevado grau de instabilidade no processo de formação de preços, em virtude da retirada dos mecanismos de indexação no mesmo período em que se aguçava a incerteza sobre a evolução dos preços-chave, tendo como resultado uma rápida e vigorosa reaceleração inflacionária; em segundo lugar, as elevadíssimas taxas de juros magnificaram a dívida pública.

1.2 O Mercado de Trabalho na Década de 80

Nos anos 80 a retração do mercado interno e a estagnação da economia criaram modificações na estrutura do mercado de trabalho, induzindo a uma ampliação do setor terciário na economia, e um aumento do mercado de trabalho informal. Dois fatores principais tornam o setor terciário o maior absorvedor de mão-de-obra: em primeiro lugar a sua própria natureza, de facilidade de entrada que este setor permite aos trabalhadores - quando comparado com a indústria -, o que torna natural a sua maior absorção de mão-de-obra; em segundo lugar, como resultado da reestruturação industrial que vem ocorrendo nos países em desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 80, que imprime um peso maior no papel dos serviços na organização produtiva.

Os anos 80 caracterizam-se por um desempenho precário do produto interno bruto inferior ao crescimento da população ocupada. Com isso registrou-se uma queda na produtividade média da economia (produto/emprego), que pode ser observado na insuficiência do crescimento do produto necessário para compensar o crescimento do emprego na década. A partir deste quadro macroeconômico podem ser caracterizados os problemas de grande parte dos trabalhadores do país: perda real de rendimentos e modificações nas relações de trabalho que levaram ao aumento do emprego informal e, na maioria dos casos, ilegais (sem carteira de trabalho).

Ocorre também um processo de crescimento de pessoas no mercado de trabalho, como resultado do egresso de pessoas não - economicamente ativas, aumentando a taxa de atividade da força de trabalho no país.

Cabe observar que o grupo que mais se destacou neste aspecto foram as mulheres, sobretudo as mais velhas e as mais qualificadas, constituindo os blocos que mais se expandiram no mercado de trabalho. Nota-se também que esta expansão da ocupação feminina não ocorreu de forma homogênea, mas de maneira diferenciada para a classe social, etnia, origem regional, status dentro de grupos e divisão sexual do trabalho.

O processo de expansão do emprego foi sobretudo urbano, alimentando-se do crescimento das cidades médias e grandes, das regiões menos desenvolvidas e da integração econômica que possibilitou um contato maior entre os principais polos de acumulação do país, que são as regiões metropolitanas.

O crescimento dos ocupados foi maior que o da população economicamente ativa, indicando uma maior flexibilização do trabalho, como mostra a queda da taxa de desemprego aberto[1] na década (Pires, 1985).

No que se refere à divisão social e setorial do trabalho, ocorre uma tendência de desindustrialização do emprego, como consequência de retração do mercado interno e da estagnação da economia, e da necessidade das empresas de reduzirem custos para adaptarem-se ao processo mundial de reestruturação produtiva. Estas estratégias culminaram também num processo de terceirização da produção e crescimento do setor terciário da economia; as áreas de maior crescimento foram o comércio, serviços de administração pública e o setor de prestação de serviços.

O chamado "ajuste" do mercado aumenta o contingente de trabalhadores informais, que são ao mesmo tempo uma reserva de força de trabalho do mercado formal (que

[1] Taxa de desemprego aberto = % pessoas desocupadas/ PEA, sendo considerados como desocupados as pessoas sem ocupação que procuraram emprego na semana de referência.

poderia ser efetivada numa situação de aquecimento da economia) , e estão em pequenos estabelecimentos do setor terciário ou em microempresas privadas ou familiares. Estes trabalhadores permanecem fora de qualquer tipo de órgão sindical ou de assistência governamental, e criam um tipo de economia paralela (ou informal). A sua participação aumenta em praticamente todos os ramos de atividade (serviços, indústria e comércio) , exceto na agricultura - onde perdem participação há quatro décadas, como parceiro conta própria.

Apesar do crescimento da atividade informal na economia, não ocorreu uma inibição das organizações sindicais de várias categorias nos anos 80, principalmente nas regiões mais industrializadas do país. Porém mesmo com o aumento de sua participação não foi possível evitar uma diminuição do poder de compra dos salários em geral, o que explica também o crescimento do desinteresse pelo trabalho formal, em relação às atividades informais (que em muitos casos podem gerar uma renda maior).

A persistência de altas taxas de inflação cria uma distorção na distribuição de renda. Segundo Pereira & Nakano (1984), ocorre um "...processo inflacionário de luta por participação na renda entre empresas, setores, entre sindicatos e empresas, entre classes, entre os setores público e privado...e (isso se tornou)...um mecanismo de transferência de renda aos setores econômica e politicamente mais fortes". Ocorre um processo de concentração e centralização do capital, e expansão da divisão social do trabalho. Isso pode ser observado na perda de poder de compra das classes assalaridas, sobretudo as classes médias, que em parte acabam proletarizando-se . Uma consequência deste processo é a retração do mercado de mercadorias de bens de consumo duráveis, que se reflete na inibição das indústrias dessa área.

Essas formas de concentração de renda contribuem para o crescimento das estratégias de sobrevivência informais, que vão se ampliando à margem da regulação do mercado de trabalho capitalista, e são determinadas pela sua própria dinâmica.

Essa configuração da distribuição de renda no país modifica a estrutura do mercado brasileiro, de maneira que origina um processo de segmentação social e criação de uma norma social de consumo, onde permanecem, de um lado, as classes médias e altas (consumidores de alta renda) , e do outro lado uma grande massa de trabalhadores e classes proletárias urbanas, estes formando uma classe de consumidores de baixa renda.

Diante da estrutura concentrada dos lucros e salários, a maioria dos trabalhadores de baixa renda trabalham para e sobrevivem do consumo demandado por si mesmos ou por classes médias de baixo poder aquisitivo.

1.3 A Economia Brasileira nos Anos 90

Apesar dos esforços anteriores , no começo dos anos 90 a inflação e o déficit público alcançavam patamares alarmantes. No primeiro trimestre de 1990 o país era marcado por uma profunda instabilidade e pela ameaça de um processo hiperinflacionário, além de um processo recessivo bastante expressivo.

O Plano Collor procurava combinar um ajuste recessivo com um congelamento de preços e salários, para a estabilização da economia no curto prazo. Reformas estruturais (reforma administrativa, abertura da economia e privatizações) foram anunciadas, para permitir a estabilização a longo prazo.

O corte de liquidez imposto pelo governo conseguiu reduzir o patamar da inflação, mas sem eliminar a tendência inflacionária. Por outro lado, o efeito recessivo sobre o setor produtivo provocado pelo confisco da poupança não permitiu ao governo restringir a liquidez por muito tempo, sendo obrigado a remonetizar a economia (através das "torneiras de liquidez") para o setor produtivo, de maneira aleatória. Segundo Baer (1996), "as muitas concessões, o impacto do superávit do Balanço de Pagamentos e o processo orçamentário do setor público (...) levaram a um rápido processo de remonetização". Apesar disso, o governo conseguiu reduzir a relação dívida interna/PIB.

O governo também teve muita dificuldade na implementação das reformas estruturais, que eram a base para promover a estabilização e o crescimento da economia a longo prazo, por motivos políticos. Apesar disso, o governo conseguiu iniciar o processo de liberalização do mercado interno, através da redução gradual de

tarifas e flutuação do câmbio, visando conter os preços internos e melhorar a competitividade da indústria. A abertura às importações, com a qual se pretendia combater o processo inflacionário e quebrar o poder dos oligopólios, no entanto, não produziu os efeitos desejados. Isto porque a economia estava numa grande recessão e, portanto, a demanda por bens importados não correspondeu às expectativas.

Apesar da política monetária ter possibilitado reverter as expectativas inflacionárias de curto prazo, as incertezas e a lentidão das reformas estruturais acabaram desestabilizando as expectativas de longo prazo, cujas consequências foram a de fazer retornar ao sistema a instabilidade conjuntamente com a recessão econômica.

O Plano Collor II apresentava os mesmos objetivos do plano anterior, visando conter a inflação, ajuste das contas públicas, desindexação geral da economia e continuar o processo de abertura econômica. Um novo congelamento de preços e salários foi realizado, juntamente com mudanças de regras de funcionamento do mercado financeiro e a edição de um novo pacote fiscal, com aumento dos preços de serviços públicos (tarifaço) e corte dos gastos governamentais. Nota-se, porém, que o maior problema para o êxito deste plano foi a ausência de confiança dos agentes econômicos na equipe do governo. Assim, verificou-se um novo fracasso.

A inflação continua em patamares elevados e, apesar de uma leve recuperação, a economia encontra-se ainda em recessão. Este quadro é apresentado na gestão de Itamar Franco, que não realiza nenhuma alteração significativa na política econômica. Há instabilidade política e pressões contra a realização de reformas estruturais, dificultando as privatizações e o ajuste fiscal (Baer, 1996).

Com posse do ministro Fernando Henrique Cardoso é estabelecido um plano de privatizações e um ajuste fiscal rigoroso, associado à contração de liquidez na

economia. Estas reformas são realizadas num contexto de relativo crescimento econômico, com aumento dos salários reais e uma receita agrícola favorável. A inflação apresenta, neste momento, taxas mensais de aproximadamente 30% (Baer, 1996).

O Plano Real contou com antecedentes favoráveis à sua implementação, como a retomada dos fluxos financeiros externos, num contexto de liquidez internacional favorável, dívida interna baixa, como resultado do Plano Collor, acúmulo de reservas internacionais e continuidade do comando político. Soma-se a este quadro a ausência de choques externos e choques agrícolas, não havendo pressão inflacionária por estes meios. O Balanço de Pagamentos encontrava-se equilibrado pelos superávits comerciais do início dos anos noventa.

A criação da URV, antes da reforma monetária propriamente dita, foi um instrumento de fundamental importância na eliminação da memória inflacionária. Esta "(...)ofereceu uma referência estável de valor, resgatando, neste sentido, a noção de preço relativo numa economia em que o dólar não tinha penetrado de forma abrangente, diferentemente, por exemplo, da Argentina" (Oliveira, 1996).

O Plano Real apresenta-se ratificando a abertura econômica brasileira e assumindo o dólar como âncora cambial. Vem com o objetivo de reduzir a inflação, o que realmente aconteceu, com o estímulo proporcionado pelo aumento das importações de bens duráveis e não-duráveis, associada a uma diminuição abrupta das alíquotas (Deddeca, 1997).

A valorização cambial apresenta-se como consequência da política adotada, sendo também um instrumento facilitador de importações e que mostra eficácia no combate à inflação, dado o aumento da competição externa no mercado interno brasileiro.

Os preços públicos também entraram como fatores importantes na política antiinflacionária do período, sinalizando para o mercado apenas reajustes anuais. Desta forma eliminaria-se a pressão proveniente de tarifas públicas (Oliveira, 1996).

Houve ganho salarial real com a implantação do plano pois, com a extinção do imposto infacionário, há aumento do poder de compra dos assalariados, que se verifica através do aumento do consumo, estimulando o crescimento da economia.

A combinação do crescimento da demanda com o câmbio excessivamente valorizado e, com os efeitos da abertura comercial, levaram à deterioração do Balanço Comercial, que apresenta déficits crescentes a partir de 1994. Perde-se, portanto, graus de liberdade da política monetária interna, que fica totalmente atrelada à manutenção da política de estabilização. Altas taxas de juros são praticadas para se manter o financiamento do déficit nas transações correntes. Mantém-se, portanto um câmbio fixado, definindo-se bandas de variação, e utiliza-se a grande massa de capital especulativo internacional disponível no período atual. O contexto de globalização financeira entra neste ponto, garantindo tal fluxo livre de capital entre as fronteiras. Submete-se, portanto, a manutenção da estabilização de preços à lógica especulativa e ao mecanismo de arbitragem internacional, às custas de elevadas taxas de juros e consequente aumento do peso do serviço da dívida no déficit do Balanço de Transações Correntes brasileiro.

A dependência do programa de estabilização do governo com relação aos fluxos de capital externo e, portanto, de liquidez internacional, pode ser superada através de duas maneiras principais : a desvalorização do câmbio e a reestruturação do setor produtivo interno, que permitiria melhorar a competitividade da indústria nacional e, dessa forma, superar os déficits comerciais.

Uma desvalorização do câmbio sem a desestruturação do Plano Real só seria possível caso o país conseguisse adquirir credibilidade junto aos agentes internacionais, que lhe permitisse gradualmente desvalorizar o câmbio sem que houvesse fuga de capitais. Porém, no contexto internacional, seria extremamente difícil para o Brasil conseguir conquistar tal credibilidade.

A solução vista pelo governo é o aumento da competitividade da indústria, que permitiria ao país saldar seu déficit comercial e, ao mesmo tempo, manter o fluxo de capitais externos necessário ao financiamento do Balanço de Pagamentos. Ao mesmo tempo, a contenção da demanda interna é um fator fundamental para o sucesso deste programa.

Para isso é vital a adoção de reformas estruturais, que permitam ao governo sanear o déficit público - fator chave no controle da demanda agregada - , e levem a uma dinamização do setor produtivo. Por outro lado, não se sabe se a reestruturação do setor produtivo, induzida pela política econômica, terá o efeito esperado, pois depende da capacidade do setor produtivo de se adaptar à nova situação.

As privatizações tornaram-se um importante instrumento utilizado pelo governo para reduzir o desequilíbrio fiscal, sendo um importante fator de atração de capital estrangeiro. A reforma orçamentária é de fundamental importância no saneamento do setor público, que precisa desta para conseguir certo equilíbrio fiscal e sinalizar credibilidade aos agentes econômicos, evitando um processo de ataque especulativo à moeda brasileira. Déficits fiscais agravam o problema do Balanço de Pagamentos, sugerindo uma possível incapacidade do governo de manter sua moeda valorizada, estimulando o ataque apresentado acima.

1.4 O Mercado de Trabalho nos Anos 90

Muito se tem discutido a respeito da necessidade de flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, apontando ser esta a principal causa das altas taxas de desemprego observadas no país nos anos 90. Isto porque o grande número de benefícios oferecidos pela constituição aos trabalhadores estaria encarecendo demais a mão-de-obra, tornando-a não competitiva e fazendo com que menos empregos sejam oferecidos.

Porém, o mercado de trabalho brasileiro apresenta elevada rotatividade de mão de obra e um pequeno quadro de pessoal estável nas empresas. Nota-se portanto que a contratação coletiva de trabalho não se refletiu em maiores direitos para o trabalhador, ou melhores salários.

No Brasil a instabilidade dos empregos, a falta de especialização dos trabalhadores e o baixo nível dos salários são aspectos inter-relacionados de um regime fluido de relações de trabalho, que se notabiliza pelo livre arbítrio dos empregadores, produto da ausência de regulamentação coletiva do uso e remuneração da mão-de-obra. Em consequência, prevaleceu uma elevada desigualdade sócio-econômica, na qual uma parcela dos trabalhadores, embora não totalmente excluída, não fez parte da base do mercado de consumo de massa (Baltar e Proni,1996).

Outras características também são apresentadas a respeito do funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, como discrepâncias salariais, subordinação internacional e baixa qualificação dos trabalhadores.

O problema da exclusão social está relacionado também à dependência financeira e tecnológica da indústria brasileira com relação às inversões estrangeiras, que se realizam em bases tecnológicas mais avançadas e intensivas em capital (Faria, ANOO).

As discrepâncias salariais podem ser explicadas pela baixa qualificação dos trabalhadores, que não conseguem distanciar-se do seu salário de entrada, não se beneficiando das promoções decorrentes da maior permanência (Baltar e Proni,1996).

Os anos 90 apresentam uma reestruturação empresarial e abertura comercial, proporcionando a queda do emprego formal em favor de trabalhos por conta própria, responsáveis pela maior parte do aumento da ocupação urbana no período de recuperação da utilidade econômica após 1993 (Mattoso e Baltar, 1997).

A queda do emprego formal na indústria, principalmente na de transformação, não teve como causa apenas a redução da produção, mas também, e principalmente, o processo de modificação na organização dos processos produtivos empresariais na indústria (estruturação verificada através da maior automação, aumento de importações de equipamentos e matérias-primas e mudanças da forma de gerenciar a produção e o trabalho), significando não apenas racionalização e aumento da produtividade, mas também terceirização de funções e importação de bens intermediários que antes eram fornecidos por empresas nacionais (Baltar e Proni,1996). O acionamento da competição tem levado as empresas a buscarem eficiência e qualidade como forma de maior inserção internacional. A mudança nos meios produtivos exigem do trabalhador uma maior qualificação e polivalência dos operários (Coutinho, 1990).

A contrapartida do mal desempenho do emprego formal foi o aumento do desemprego e das ocupações informais, podendo refletir uma profunda modificação no padrão de uso da força de trabalho.

A perda de dinamismo do mercado de trabalho tem também se manifestado em menores fluxos de contratação e dispensa de empregados formais, porém sem indicar uma tendência a maior estabilidade no emprego. A diminuição na intensidade dos fluxos de contratação e dispensa foi menor no comércio e na prestação de serviços, onde o emprego formal não diminuiu tanto na recessão ou recuperou-se mais plenamente na retomada da produção e das vendas. Aparentemente, o que vem ocorrendo face à redução no emprego formal, é um aumento do peso do núcleo de empregados estáveis e uma elevação do número de trabalhadores com maior tempo de estabelecimento. Porém a redução dos fluxos de contratação e dispensa com menor nível de emprego formal não parece ter sido suficiente para modificar o perfil extremamente assimétrico e disperso que caracteriza a distribuição de salários no mercado de trabalho urbano, perfil este que está intimamente relacionado ao padrão de elevada flexibilidade do uso da força de trabalho no Brasil (Baltar e Proni,1996).

Outros fatores, quando combinados com os desdobramentos da economia nos anos 90, contribuem para o crescimento do mercado informal de trabalho. Neste período a PEA aumenta ao mesmo tempo em que há baixo crescimento do emprego formal. Ressalta-se o aumento acentuado da PEA feminina no período, que tem uma relação direta com o mercado informal e o crescente peso do setor terciário na economia. Ao mesmo tempo, ocorre uma redução das ocupações referentes à agricultura, e uma diminuição da atividade industrial e no setor da construção civil.

As flutuações da atividade econômica, associadas às flutuações do produto agregado, ao aumento do desemprego e ao crescimento dos serviços levam a uma deterioração das relações de trabalho, com o aumento na inatividade da mão-de-obra masculina, redução do assalariamento, redução das contribuições previdenciárias e dos registros em carteira.

Por outro lado, pressões resultam no aumento da produtividade, que é constatado no aumento da relação do PIB/emprego. Ressalta-se que houve, ao mesmo tempo, um baixo investimento agregado na economia; isto significa que os investimentos na produção não aumentaram tanto , de maneira que a produção física não apresenta uma elevação proporcional ao crescimento da relação PIB/emprego. Dessa forma, fica constatado que aumenta o processo de terceirização da produção(Pacheco, 1996).

As estimativas de crescimento para o mercado de trabalho na economia brasileira não são favoráveis: o crescimento esperado do nível de atividade na economia não terá tanto efeito sobre o nível de emprego quanto antes, um resultado da tendência mundial de desemprego estrutural (ou tecnológico). Espera-se ainda um aumento do crescimento da PEA feminina e da sua participação na economia, com um pequeno aumento da PEA masculina(Pacheco, 1996).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de políticas de geração de emprego para os próximos anos, num contexto recessivo e de necessidade de estabilização da economia.

Capítulo 2: A Qualificação dos Ocupados e Postos de Trabalho

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando no decorrer das décadas de oitenta e noventa. Trabalhos anteriores já destacaram a necessidade econômica como um dos principais fatores responsáveis por tal processo, sendo a deterioração dos salários reais um grande impulso para a inserção feminina. A manutenção do patamar de renda familiar estimulou as mulheres a trabalhar, que encontraram e ampliaram sua participação dentre os ocupados no Brasil.

Além disso, destacam-se as mudanças nos valores relativos ao papel social das mulheres no Brasil, cujo movimento feminista exerce enorme influência no aumento da oferta de trabalhadoras (Alves e outros, 1997).

Porém, a inserção feminina no mercado de trabalho apresenta desvantagens em relação aos homens. O rendimento no emprego e a qualidade dos postos ocupados por mulheres apresentam-se piores (Bruschini, 1994).

Este capítulo procura analisar os dados referentes a qualificação dos postos de trabalho ocupados por homens e mulheres, destacando as diferenças existentes entre os mesmos. Para isto toma-se como base para análise os dados que dizem respeito à idade, nível de remuneração e posição na ocupação dos trabalhadores, fazendo-se uma breve revisão sobre a educação.

Aspectos qualitativos sobre o emprego no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo já vem sendo destacados por vários autores. O aumento do peso do setor terciário e a diminuição de postos na indústria de transformação afetaram também a qualidade das ocupações apresentada nos anos noventa. O nível educacional

aumentou, seguindo o movimento da terciarização da economia, cujas funções criadas destacam-se por suas maiores exigências profissionais. No que diz respeito à escolaridade, constatou-se que que as mulheres que apresentam maior nível educacional inserem-se mais intensamente no mercado de trabalho (Bruschini, 1994). Em 1989 nota-se que a proporção de mulheres com níveis de escolaridade referentes ao primeiro grau ou mais anos de estudo é maior do que a dos homens (Leone, 1998).

Em 1995, ainda segundo Leone, a proporção de homens com melhor nível educacional aumentou, tornando-se mais semelhante ao das mulheres principalmente nas classes correspondentes ao primário incompleto (de 4 a 7 anos de estudo) e primário completo (8 anos de estudo). Há também um salto significativo na magnitude de homens com 12 ou mais anos de estudo. A autora destaca uma maior homogeneização neste sentido e alguns fatores são apresentados explicando este fato, concluindo-se que o tipo de ocupação que os trabalhadores exercem está fortemente vinculada aos níveis educacionais apresentados. Em 1989, onde havia menos mulheres ocupadas, seus níveis educacionais eram substancialmente maiores que os dos homens. Com a entrada de mulheres no mercado de trabalho, decorrente do maior surgimento de postos no setor terciário e diminuição de vagas na indústria propriamente dita, provocando a demissão de muitos homens, nota-se uma maior homogeneização do padrão educacional de ambos os sexos. Eliminou-se mais significativamente as ocupações que exigiam menor qualificação profissional, onde os ocupados eram, em sua maioria, homens (Leone, 1998).

2.1 Ocupados segundo gênero e idade

O estudo da evolução da PEA juvenil (de 10 a 24 anos) ocupada nos anos 90 revela importantes modificações. Observa-se uma queda de 4,6% na participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro entre 1989 e 1996 (Pochmann, 1998). O mesmo fato é verificado na Região Metropolitana de São Paulo ao se analisar os anos de 1989 e 1995. A tabela 1 mostra que a perda de participação dos ocupados entre 10 e 24 anos é de 5%.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados segundo gênero e idade na Região Metropolitana de São Paulo em 1989 e 1995

	Homens		Mulheres		Total	
Idade	1989	1995	1989	1995	1989	1995
10-14 anos	1,8	1,2	2,1	0,8	1,9	1,0
15-24 anos	26,2	22,2	29,4	24,7	27,3	23,2
25-59 anos	67,8	71,2	66,2	71,6	67,3	71,3
60 anos ou mais	4,2	5,5	2,3	2,9	3,5	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

Observa-se uma menor proporção de jovens até 24 anos e aumento da proporção de ocupados com idades a partir de 25 anos. Este fato é semelhante entre homens e mulheres, destacando-se, portanto, um envelhecimento geral da população ocupada nestes anos.

Pochmann aponta uma possível explicação para este fato através da diminuição dos postos de trabalho para jovens, que foram os mais afetados na perda de ocupações

nos anos 90 no Brasil (Pochmann, 1998). Segundo este autor, dados do Ministério do Trabalho dizem que "(...)o forte ajuste no mercado de trabalho formal concentrou-se fundamentalmente sobre a força de trabalho juvenil, que perdeu 3 a cada 11 empregos existentes no período recente. Durante a década de 1990, o nível de emprego formal para jovens foi reduzido em 27%"(Pochmann, 1998).

Este fato é decorrente da política de caráter contracionista aplicada no Brasil nos anos 90, onde as empresas começaram a diminuir os postos de trabalho oferecidos, exigindo também maior qualificação profissional, que pode ser verificado na análise resumida anteriormente referente aos anos de estudo dos ocupados.

Assim, gerou-se também uma expansão de empregos informais em detrimento dos empregos formais (com carteira assinada). Porém, esta expansão não foi suficiente para a manutenção de jovens no mercado. Houve, no geral, perda de participação de jovens ocupados e aumento de empregos sem carteira assinada (Pochmann, 1998).

O aumento do peso do setor terciário na geração de empregos não favoreceu, portanto, a mão de obra juvenil, que vem perdendo espaço no decorrer dos anos noventa. A exigência de melhores níveis educacionais para se atuar nos novos postos criados pode ter influenciado na destruição de vagas para jovens que não apresentam altos níveis de escolaridade, além, é claro do envelhecimento geral da população brasileira no período (Alves e outros, 1997).

A tabela 2 mostra que a maioria dos jovens ocupados de 10 a 14 anos (71,5% em 1989 e 70,1% em 1995) apresentam níveis de escolaridade referentes ao primeiro grau incompleto (de 4 a 7 anos de estudo). No que diz respeito às pessoas de 15 a 24 anos, também observa-se uma grande proporção dos ocupados (40,7% em 1989 e 33,9% em

Tabela 2

Distribuição dos ocupados segundoanos de estudo e idade na Região Metropolitana de São Paulo em 1989 e 1995

	1989							1995						
Idade	Sem instr.	1 a 3	4 a 7	8	9 a 11	12 ou mais	Total	Sem instr.	1 a 3	4 a 7	8	9 a 11	12 ou mais	Total
10-14 anos	3,7	24,8	71,5	0	0	0	100	3,4	24,1	70,1	1,1	1,1	0	100
15-24 anos	3,1	7,7	40,7	16	25,9	6,6	100	1,6	5,4	33,9	16,2	33,2	9,7	100
25-29 anos	7,5	13,1	35,4	11,2	15,8	17	100	5,7	9,9	33,9	13,4	18,3	18,7	100
60 anos ou mais	20,5	22,4	35	4,3	7,9	9,8	100	14,9	22,4	33	8,6	9,5	11,6	100
Total	6,7	12,2	37,5	12	18	13,6	100	5,1	9,5	34,2	13,8	21,3	16,1	100

Fonte: PNAD 1989 e 1995

1995) com o primeiro grau incompleto. Porém, todos os números desta tabela mostram uma melhoria no nível educacional dos ocupados. Assim, diminuem os ocupados com menor escolaridade e aumentam os que apresentam-se melhor qualificados. Este fato, aliado à diminuição de postos de trabalho para jovens, explica porque os mesmos não estão mais se inserindo no mercado de trabalho tão facilmente.

O brutal aumento de 25,9% para 33,2% entre 1989 e 1995 dos jovens entre 15 e 24 anos que têm de 9 a 11 anos de estudo é coerente com a constatação de que o padrão educacional exigido dos trabalhadores dos anos noventa aumentou.

A proporção de trabalhadores ocupados com 8 anos ou mais de estudo, de todas as faixas etárias aumenta 7,6% entre os anos analisados, reforçando a melhoria no padrão ocupacional.

A tabela 3 mostra a distribuição do total de ocupados segundo categorias ocupacionais e grupos de idade. Observa-se que o envelhecimento da população ocupada ocorreu em todas as categorias apresentadas, atingindo tanto ocupações que

Tabela 3
Distribuição do Total de Ocupados Segundo Categorias Ocupacionais e Grupos de Idade Na Região Metropolitana de São Paulo em 1989 e 1995

	1989				1995			
Idade	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
10-14 anos	1,9	2,3	1,5	1,5	0,7	1,4	0,7	1,2
15-24 anos	25,5	24,6	35,1	26,5	20,0	25,0	27,7	21,7
25-59 anos	68,7	68,9	61,0	68,6	74,2	69,2	68,0	73,0
60 anos ou mais	3,8	4,1	2,4	3,2	5,2	4,5	3,5	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

apresentam mais homens quanto mulheres.

Apenas as ocupações predominantemente masculinas não apresentam grande variação entre os anos considerados. Estas são justamente as ocupações que as

mulheres aumentaram sua participação devido à expansão dos setores onde estas ocupações estão inseridas. Como já foi apontado por Leone (1998), as mulheres já apresentam melhores perfis educacionais em 1989, mantém-se e até melhoram em 1995. Também já foi dito pela autora que para o homem ou para a mulher se inserirem em ocupações onde há a predominância do sexo oposto, faz-se necessário ter maior escolaridade. Porém, para as mulheres o leque de possibilidades é maior e os níveis de escolaridade das mulheres ocupadas em ocupações predominantemente masculinas não são muito baixos. Desta maneira, pode-se traçar um paralelo entre a manutenção das jovens de 15 a 24 anos ocupadas em ocupações predominantemente masculinas e o nível educacional por elas apresentado, além ,é claro, da expansão dos setores que apresentam tais ocupações. Como se pode ver na tabela 4, a variação da proporção de mulheres ocupadas de 15 a 24 anos em ocupações predominantemente masculinas entre 1989 e 1995 é de apenas 0,1%.

Tabela 4

Distribuição das Mulheres Ocupadas Segundo Categorias Ocupacionais e Grupos de Idade Na Região Metropolitana de São Paulo em 1989 e 1995

	1989				1995			
Idade	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
10-14 anos	3,7	3,2	1,7	1,5	0,6	0,9	0,3	1,1
15-24 anos	37,4	28,4	31,8	27,1	25,2	28,3	25,1	21,7
25-59 anos	58,9	66,0	64,5	68,6	74,3	68,6	71,6	73,6
60 anos ou mais	0,0	2,3	1,9	2,8	0,0	2,3	3,0	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

Esta tabela segue o padrão apresentado para o total de ocupados e para os homens. Em todas elas, a participação de jovens de 15 a 24 anos permanece mais ou menos constante.

A tabela 4 apresenta uma grande queda da participação de mulheres entre 15 e 24 anos em ocupações tipicamente masculinas, que passa de 37,4% em 1989 para 25,2% em 1995 e enorme aumento da participação de mulheres de 25 a 59 anos, que salta de 58,9% para 74,3% nos anos considerados. Nota-se, portanto, que a diminuição mais drástica de postos de trabalho para mulheres jovens ocorreu em ocupações tipicamente masculinas, que realmente não apresentaram crescimento nos anos considerados.

Já no que diz respeito aos homens, de acordo com a tabela 5 tem-se um aumento na proporção de jovens entre 15 e 24 anos em ocupações tipicamente femininas. Estas ocupações sofreram expansão nos anos considerados e , mais uma vez apresentam uma inserção de trabalhadores do sexo oposto, tornando o mercado de trabalho mais homogeneizado. Este aumento de homens jovens em ocupações tipicamente femininas

Tablela 5

Distribuição dos Homens Ocupados Segundo Categorias Ocupacionais e Grupos de Idade Na Região Metropolitana de São Paulo em 1989 e 1995

	1989				1995			
Idade	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
10-14 anos	1,8	1,9	1,1	1,4	0,7	1,8	1,4	2,6
15-24 anos	25,0	22,9	40,1	19,6	19,7	23,1	32,2	24,4
25-59 anos	69,2	70,3	55,7	69,1	74,2	69,4	62,0	62,8
60 anos ou mais	3,9	4,9	3,2	9,9	5,4	5,8	4,3	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

não segue o padrão apresentado para os ocupados em geral (tabela3), mostrando que os homens também estão se inserindo em ocupações que antes não se apresentavam tanto.

Conclui-se então que, com a maior homogeneização do mercado de trabalho, os impactos do andamento da economia tendem a ser semelhantes para ambos os sexos.

Desta forma, a diminuição de postos de trabalho para jovens e pessoas menos qualificadas interferiu no comportamento de ambos os gêneros, com diferenças menos gritantes entre homens e mulheres.

2.2 Ocupados segundo gênero e rendimento na ocupação principal

Autores apontam como tendência verificada na década de noventa no Brasil a piora no nível de remuneração dos trabalhadores. Os novos postos de trabalho, principalmente no setor terciário, podem ser classificados como precários, ou seja, apresentam baixa remuneração. Os melhores salários estão relacionados aos profissionais melhor qualificados, isto é, mais experientes e com maior escolaridade. Porém os empregos criados tanto no comércio quanto no setor de serviços, que são os que mais cresceram, absorvendo maior quantidade de mão-de-obra, apresentam ausência de vínculo empregatício e baixa remuneração. Esta análise é feita por Alves e outros autores, que fazem um estudo sobre o impacto das mudanças no mercado de trabalho sobre as ocupações femininas na grande São Paulo no período de 1988 a 1995 (Alves e outros, 1997). Continuam apontando diferenças entre os postos de trabalho ocupados por homens e mulheres, destacando que os empregos femininos apresentam pior qualidade, ou seja, as mulheres recebem salários menores que os homens.

De fato, a análise da tabela 6 mostra uma redução no nível de remuneração geral dos trabalhadores entre os anos de 1989 e 1995. Ela mostra a variação da proporção de homens e mulheres de acordo com seus rendimentos em salários mínimos corrigidos pelo INPC com base em 1989. Nota-se que a proporção de trabalhadores que recebiam até dois salários mínimos em 1989 era de 24,2%. Este valor sobe para 29,5% em 1995, ou seja, 5,3% a mais de pessoas recebem salários baixos em 1995. No outro extremo observa-se que, a partir de 5 salários mínimos, cai a proporção de

ocupados com tal rendimento na ocupação principal. Este fato apenas salienta a afirmação de que houve queda na remuneração dos trabalhadores nos anos noventa. A queda na proporção de ocupados que recebem a partir de dez salários mínimos por mês entre os anos considerados foi de 5,6%.

Tabela 6
Distribuição dos ocupados segundo gênero e rendimento na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Rendimento na	Homens		Mulheres		Total	
Ocup. Principal	1989	1995	1989	1995	1989	1995
até 1 sm	4,4	5,9	10,5	14,0	6,6	9,1
1 a 2 sm	13,0	14,4	25,4	29,5	17,6	20,4
2 a 3 sm	16,9	15,7	21,1	17,4	18,4	16,3
3 a 5 sm	24,0	26,1	18,8	19,5	22,1	23,5
5 a 10 sm	20,3	20,3	11,9	11,1	17,3	16,7
10 a 20 sm	11,8	9,3	6,6	4,9	9,9	7,5
20 ou mais sm	9,1	5,6	3,9	1,5	7,2	4,0
Ignorados	0,5	2,7	1,9	2,1	1,0	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

Nesta tabela também pode-se observar que a remuneração da mão-de-obra feminina já era pior que a masculina em 1989. Enquanto apenas 4,4% dos homens ocupados recebiam até 1 salário mínimo por mês em 1989, a proporção de mulheres relativa a esta classe de rendimento é de 10,5% no mesmo ano. Se somarmos as três faixas de renda mais baixas tem-se que 57% das mulheres ocupadas recebiam até 3 salários mínimos em 1989. Este valor é de 34,3% para os homens no mesmo ano.

Destaca-se na análise desta tabela a presença da "tradição" existente no Brasil. De acordo com Alves, para uma mesma qualificação profissional, representada pelo nível de escolaridade, existem remunerações diferentes para os diferentes sexos. Esta diferença melhora um pouco em 1995, ocorrendo uma aproximação no nível de

remuneração de homens e mulheres, porém a mesma é pequena (Alves e outros, 1997).

A piora na remuneração dos trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo é generalizada, e não observa-se melhora no rendimento feminino. As diferenças existentes entre a remuneração masculina e feminina continuam e a perda de rendimento é para todos os trabalhadores. Segue-se uma tendência comum a ambos os sexos, a queda da qualidade de seus empregos. Este fato pode ser explicado, em parte, pela reestruturação econômica, que proporcionou em enxugamento do quadro de pessoal das indústrias, permanecendo empregados somente alguns profissionais mais qualificados. Com a expansão do setor terciário, mais especificamente ocupações ligadas ao comércio e serviços, empregos piores são criados, ou seja, com pouco vínculo empregatício e baixa remuneração (Alves e outros, 1997). A redução na jornada de trabalho verificada por Leone (Leone, 1998) também pode ter influenciado na queda da remuneração. Trabalhando-se menos, recebe-se menos.

Autores como Kon e Wajnman destacam o crescimento do setor informal na geração de empregos em detrimento do setor formal. O problema é que o trabalho informal apresenta pior remuneração, além da desproteção social que lhe é inata (Kon, 1998; Wajnman e outros, 1998).

A análise da tabela 7 mostra a perda de salário em todas as tipologias construídas. Este fato segue o que acontece com a população em geral apresentada na tabela 6. Há um grande aumento da proporção de ocupados nas faixas de rendimento de até 2 salários mínimos, um leve aumento dos ocupados que ganham de 3 a 5 salários mínimos e a queda da proporção de ocupados que recebem a partir de 5 salários mínimos.

Tabela 7

Distribuição dos ocupados segundo a tipologia das ocupações e rendimento na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Rendimento na	1989				1995			
Ocup. Principal	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
até 1 sm	4,9	5,2	7,3	12,7	4,8	11,1	8,1	16,0
1 a 2 sm	14,1	12,2	23,5	29,1	14,3	16,3	26,7	34,9
2 a 3 sm	17,8	16,1	21,0	21,3	16,7	12,8	20,4	18,1
3 a 5 sm	26,8	17,3	23,0	19,4	28,0	21,5	21,4	19,9
5 a 10 sm	21,7	17,5	14,0	10,5	20,2	19,4	12,7	7,8
10 a 20 sm	9,2	15,4	6,9	4,3	8,9	9,7	6,0	1,9
20 ou mais sm	5,2	14,6	2,7	2,2	4,6	6,0	2,5	0,2
Ignorados	0,3	1,6	1,5	0,7	2,5	3,2	2,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

O destaque da tabela acima são as ocupações predominantemente masculinas. Nelas, a proporção de trabalhadores que recebem de 3 a 10 salários mínimos aumenta 6,1%. Este aumento não é comum a todas as ocupações e ocorrem justamente nas que as mulheres apresentaram aumento expressivo de participação feminina. Porém, ao se analisar as tabelas 8 e 9, nota-se que a melhora salarial se deu para os homens em ocupações predominantemente masculinas.

Tabela 8

Distribuição dos homens ocupados segundo a tipologia das ocupações e rendimento na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Rendimento na	1989				1995			
Ocup. Principal	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
até 1 sm	4,6	3,7	4,6	9,9	4,6	8,0	5,2	15,4
1 a 2 sm	13,9	10,0	17,2	14,1	14,1	12,8	18,7	25,6
2 a 3 sm	17,8	14,3	19,3	21,1	16,9	11,2	21,8	23,1
3 a 5 sm	26,9	18,2	26,9	23,9	28,5	22,7	24,5	21,8
5 a 10 sm	22,2	18,6	17,4	18,3	20,4	22,3	15,3	9,0
10 a 20 sm	9,1	17,2	9,4	8,5	8,5	11,2	8,3	3,8
20 ou mais sm	5,2	17,2	4,4	4,2	4,5	8,1	4,5	0,0
Ignorados	0,2	0,8	0,7	0,0	2,4	3,6	1,8	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

A proporção de homens com rendimentos entre 3 e 10 salários mínimos aumentou 8,1% nos anos considerados. A melhoria no padrão educacional dos mesmos pode Ter influenciado neste sentido.

Tabela 9
Distribuição das mulheres ocupadas segundo a tipologia das ocupações e rendimento na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Rendimento na Ocup. Principal	1989				1995			
	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
até 1 sm	12,1	8,6	9,0	12,9	7,7	16,2	9,9	16,0
1 a 2 sm	17,8	17,2	27,6	30,2	16,8	22,0	31,5	35,5
2 a 3 sm	18,7	20,0	22,1	21,3	13,5	15,4	19,5	17,8
3 a 5 sm	24,3	15,3	20,5	19,0	17,4	19,5	19,5	19,7
5 a 10 sm	10,3	15,0	11,9	9,9	16,8	14,6	11,2	7,7
10 a 20 sm	10,3	11,4	5,3	4,0	17,4	7,2	4,6	1,8
20 ou mais sm	5,6	9,0	1,6	2,0	6,5	2,6	1,2	0,2
Ignorados	0,9	3,5	2,1	0,7	3,9	2,7	2,6	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

Já no que diz respeito às mulheres, não há grande aumento na proporção de ocupadas com remuneração entre 3 a 10 salários mínimos. De fato, aumenta-se somente a magnitude de mulheres com remuneração entre mediana (de 3 a 5 salários mínimos), que passa de 15,3% em ocupações predominantemente masculinas em 1989 para 19,5% em 1995. Na faixa de 5 a 10 salários mínimos há queda de participação feminina, porém esta é leve, apenas 0,4 pontos percentuais.

As ocupações tipicamente masculinas, no entanto, são as que surpreendem no que diz respeito à remuneração feminina. Há um aumento de 4,5% na proporção de mulheres com rendimento a partir de 5 salários mínimos mensais. Observa-se então que as mulheres que estão se inserindo em ocupações tipicamente masculinas apresentam melhor remuneração do que as que estão se inserindo em outras ocupações. De acordo com Alves, a inserção feminina no mercado de trabalho

apresenta um aspecto favorável, que é seu ingresso em ocupações que antes apresentavam a predominância masculina. Estas ocupações a que o autor se refere são, em grande parte, administrativas, onde o salário pago é mais alto (Alves e outros, 1997). Leone observa a necessidade de melhor nível educacional para mulheres ou homens se inserirem em ocupações típicas do sexo oposto (Leone, 1998). Assim, o melhor padrão educacional, aliado à insersão em ocupações que tradicionalmente remuneram melhor (administrativas) são fatores que podem ter impulsionado esta melhora significativa no nível de remuneração feminino em ocupações tipicamente masculinas.

Observa-se, portanto uma piora generalizada no padrão salarial na Região Metropolitana de São Paulo. No que diz respeito à mão de obra feminina, no início dos anos noventa, segundo Wajnman, nas áreas urbanas, (...)"o sexo feminino está sobre-representado no emprego precário, informal e nas ocupações quase ou não regulamentadas e altamente flexíveis, desqualificadas (trabalho doméstico) ou de qualificação não reconhecida porque não remunerada (trabalho familiar)" (Wajnman e outros, 1998). Os novos postos de trabalho, que estão se abrindo para as mulheres, são, em grande parte, empregos de meio período ou mais precários, além de uma forte presença do setor informal, situação que estaria levando a uma intensificação da carga de trabalho por outro lado, também à redução de salários e perda da proteção trabalhista (Wajnman e outros, 1998).

O setor informal portanto, é apontado como o principal causador das perdas salariais ocorridas na década de noventa. Sua ampliação, porém, é decorrente do andamento da economia neste período, onde a abertura econômica e o processo de reestruturação empresarial, além de uma política atrelada ao plano monetário primordialmente e a

sobrevalorização cambial, aumentaram o problema do desemprego no Brasil. Assim, para sobreviver, desempregados do setor formal inserem-se no informal, e uma das consequências deste movimento é a baixa remuneração por eles conseguida.

As diferenças salariais entre os sexos se mantêm nos anos considerados, evidenciando a questão de que a mulher está entrando no mercado de trabalho com um nível de remuneração, em geral, inferior ao dos homens.

2.3 Ocupados segundo gênero e posição na ocupação principal

Uma análise da qualidade das ocupações através da posição na ocupação dos trabalhadores foi feita recentemente em trabalho publicado por Baltar no XI encontro de Estudos Populacionais da ABEP. O autor destaca que mudanças no peso das posições na ocupação estão relacionadas a transformações na composição setorial da ocupação urbana. "Ambas traduzem a diminuição do emprego em estabelecimentos com mais de um mínimo de tamanho e organização e um aumento do serviço doméstico remunerado, do trabalho por conta própria e dos pequenos empregadores e seus empregados" (Baltar, 1998).

A tabela 10 apresenta a distribuição dos ocupados segundo gênero e posição na ocupação principal. Tal classificação segue a tipologia utilizada pela PNAD e critérios para a compatibilização dos anos analisados foram observados (ver anexo

Tabela 10
Distribuição dos ocupados segundo Gênero e Posição na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Posição na	Homens		Mulheres		Total	
Ocupação Principal	1989	1995	1989	1995	1989	1995
Empregados	80,2	71,6	84,1	76,5	81,6	73,5
Conta Própria	14,5	20,5	11,7	16,8	13,5	19,0
Empregadores	4,9	6,3	2,3	3,1	4,0	5,0
Não Remunerados	0,4	1,6	1,8	3,5	0,9	2,4
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

metodológico). É importante ressaltar que na categoria "empregados" inserem-se empregados com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários, outros,

empregados sem carteira assinada, domésticos com carteira e domésticos sem carteira. Agregam-se também parceiros de empregados e trabalhadores agrícolas com ou sem intermediadores.

Domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria formaram uma outra categoria única em 1995, podendo assim ser comparada à categoria mais genérica de empregados por "conta própria" em 1989, utilizada na elaboração da tabela. Fundem-se também na mesma categoria trabalhadores por conta própria e parceiros de trabalhadores por conta própria. O mesmo acontece com empregadores e parceiros de empregadores, que representam a categoria "empregadores".

A constatação do aumento do peso do trabalho por conta própria é verificada na tabela 10. Considerando-se o total de ocupados, tal aumento é de 5,5% entre 1989 e 1995. O mesmo movimento é verificado quando se trata separadamente de homens e mulheres, com aumentos de 6% e 5,1% respectivamente. No que diz respeito aos empregadores, o aumento é da ordem de 1% nos anos analisados. O contrário acontece ao se olhar os empregados. Há uma diminuição de 8,1 pontos percentuais na proporção de empregados neste período. Para os homens esta diminuição é de 8,6% e, para as mulheres, de 7,6%.

A contração do setor formal é verificada, entre outros fatores, com a diminuição do número absoluto de empregados com carteira assinada no setor privado que ocorre na década de noventa. Há também um pequeno aumento no número de empregos no setor público, porém, somado-se estas duas posições na ocupação empregados com carteira assinada do setor privado e empregados do setor público), tem-se uma diminuição no peso das mesmas no total de ocupações na Região Metropolitana de

São Paulo entre 1989 e 1995 (Baltar, 1998). Segundo o autor, tal diminuição é da ordem de 9%.

O aumento do peso do setor terciário (ocupações relativas ao comércio e prestação de serviços) serve de pano de fundo para as modificações nas posições na ocupação no período estudado. "O peso decrescente do emprego com carteira em empresas industriais e o aumento expressivo das empregadas domésticas, trabalhadores autônomos e empregados sem carteira de pequenos negócios do comércio e de prestação de serviços, denotam a decrescente informalidade do trabalho e restringe as possibilidades do Brasil vir a proporcionar melhores perspectivas de ampliação da segurança e proteção para a população trabalhadora" (Baltar, 1998).

A tabela 10 resume as modificações ocorridas no mercado de trabalho nos anos noventa. Verifica-se uma queda na proporção de empregados e aumento nas outras posições na ocupação existentes (conta própria, empregadores e trabalhadores não remunerados) concordando com o que foi dito em parágrafos anteriores. Mostra também um aumento da proporção de trabalhadores não remunerados, que passam de 0,9% em 1989 para 2,4% em 1995. No que diz respeito às mulheres, este aumento é maior (de 1,8% para 3,5%), ressaltando a afirmação de Wajnman sobre a qualidade do

Tabela 11

Distribuição dos ocupados segundo a Tipologia das Ocupações e Posição na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Posição na	1989				1995			
Ocupação Principal	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
Empregados	84,6	70,7	90,7	84,9	74,0	60,2	85,3	86,0
Conta Própria	14,5	15,7	7,8	14,2	21,4	24,3	10,3	12,8
Empregadores	0,7	12,1	0,0	0,2	3,5	10,9	1,6	0,3
Não Remunerados	0,2	1,5	1,5	0,7	1,1	4,4	2,7	0,9
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

emprego feminino nos anos 90 que diz que as mulheres se apresentam bastante no setor informal e em ocupações desqualificadas ou não reconhecidas, como o trabalho domiciliar não remunerado (Wajnman e outros, 1998).

A análise da tabela 11 mostra a manutenção da tendência à queda na proporção de empregados em favor das outras posições na ocupação apresentadas. Este fato é também verificado ao se analisar as ocupações tipicamente masculinas e predominantemente femininas..

Tabela 12

Distribuição dos homens ocupados segundo a Tipologia das Ocupações e Posição na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Posição na	1989				1995			
Ocupação Principal	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
Empregados	84,1	69,3	93,4	73,2	73,7	61,6	87,9	91,0
Conta Própria	14,9	16,5	5,9	26,8	21,9	22,7	8,1	6,4
Empregadores	0,8	13,6	0,0	0,0	3,4	12,6	2,5	0,0
Não Remunerados	0,2	0,7	0,7	0,0	0,9	3,0	1,4	2,6
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

Ao se olhar para as ocupações predominantemente masculinas, nota-se uma queda de 1,2% na proporção de empregadores, no que diz respeito ao total de ocupados nesta tipologia (tabela 11). No que diz respeito aos homens, este decréscimo é de 1%, já para as mulheres é de 0,5% (tabelas 12 e 13). Este fato foge ao padrão geral apresentado para todos os trabalhadores sem a separação pela tipologia, mostrando que em ocupações predominantemente masculinas há um aumento relativamente maior de ocupados por conta própria, sejam homens ou mulheres . Este aumento é proporcionalmente maior entre as mulheres do que entre os homens. Enquanto que para homens a proporção de ocupados em ocupações por conta própria

predominantemente masculinas aumentou 6,2%, para mulheres ocupadas esta proporção aumentou 13%. Assim, mulheres se inseriram trabalhando por conta própria em ocupações predominantemente masculinas mais do que os homens, mostrando uma mudança no padrão ocupacional destes postos.

Tabela 13
Distribuição das mulheres ocupadas segundo a Tipologia das Ocupações e Posição na Ocupação Principal. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995

Posição na	1989				1995			
Ocupação Principal	TM	PM	PF	TF	TM	PM	PF	TF
Empregados	94,4	74,1	88,9	85,8	78,1	57,9	83,7	85,7
Conta Própria	4,7	14,0	9,0	13,3	11,6	27,0	11,6	13,2
Empregadores	0,0	8,7	0,0	0,2	4,5	8,2	1,1	0,3
Não Remunerados	0,9	3,2	2,1	0,7	5,8	6,7	3,4	0,8
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1989 e 1995

A tabela 11 mostra também um aumento de empregados em ocupações tipicamente femininas, fato este divergente dos resultados obtidos de maneira geral (sem a separação por tipologia). O aumento do emprego em ocupações tipicamente femininas se deu em atividades ligadas a serviços domiciliares e pessoais, auxiliares da atividade econômica e comércio de mercadorias (Leone, 1998). Assim, ao se analisar as tabelas 12 e 13, nota-se uma grande inserção de homens nestas atividades, já que o aumento mais expressivo na proporção de empregados ocorreu entre os trabalhadores do sexo masculino, que passa de 73,2% em 1989 para 91% em 1995. Já no caso das mulheres, a proporção de empregadas em ocupações tipicamente femininas mantém-se praticamente constante, caindo apenas 0,1%. Observa-se, portanto uma mudança no padrão masculino em ocupações tipicamente femininas. Eles passam a se concentrar como empregados, em detrimento de trabalhos por conta própria, onde

apresentavam grande proporção em 1989. Esta proporção cai de 26,8% para apenas 6,4% nos anos analisados.

Há aumento de trabalhadores não remunerados em ambos os sexos e em todas as tipologias apresentadas. Destacam-se as ocupações predominantemente masculinas, onde este aumento foi maior (2,9% para o total de trabalhadores, 2,3% para homens e 3,5% para mulheres). Assim, nota-se uma maior presença de mulheres em ocupações não remuneradas. Porém, em ocupações tipicamente femininas, há uma grande proporção de homens com serviço não remunerado, podendo este fato estar relacionado à inserção masculina em serviços domiciliares ou não remunerados.

A mudança geral destacada pela análise destas tabelas evidencia o movimento já destacado por diversos autores, que apontam para a evolução do emprego informal em detrimento do formal, além da ampliação de postos de trabalho em atividades ligadas ao serviço e comércio. Há uma diminuição na proporção de empregados e aumento de trabalhadores por conta própria e empregadores, donos de pequenos negócios em sua maioria. Do mesmo modo a proporção de ocupados não remunerados também aumenta, mostrando a crescente desorganização do mercado de trabalho brasileiro, com a piora na qualidade das ocupações geradas na década de noventa.

Conclusão

O comportamento do mercado de trabalho e da economia brasileira nos anos noventa interligam-se intimamente, com consequências comuns. O país perdeu capacidade de gerar renda e emprego no período analisado, deteriorando a qualidade das ocupações disponíveis.

O pequeno crescimento econômico e a constante ameaça de crise cambial marcaram a década de noventa até o presente momento, definindo políticas econômicas atreladas à dependência de recursos externos para financiar os déficits em conta corrente apresentados, decorrentes do aumento de importações possibilitado pela queda das barreiras comerciais e sobrevalorização cambial.

Tal política econômica aplicada refletiu-se no mercado de trabalho através da reestruturação empresarial, diminuição de postos de trabalho e mudanças no padrão ocupacional e setorial brasileiro. Nota-se uma ampliação do mercado de trabalho informal e do setor terciário, diminuindo a participação da indústria de transformação e do setor formal na geração de empregos.

Os dados analisados, referentes à Região Metropolitana de São Paulo, mostram tal impacto, procurando destacar os aspectos qualitativos destas mudanças, ressaltando as diferenças existentes entre homens e mulheres ocupados.

No que diz respeito à análise da posição na ocupação, a evolução do emprego informal em detrimento do formal, além da ampliação de postos de trabalho em atividades ligadas ao serviço e comércio influenciam na mudança do pradão vigente em 1989. Em 1995, há uma diminuição na proporção de empregados e aumento de

trabalhadores por conta própria e empregadores, donos de pequenos negócios em sua maioria. Do mesmo modo a proporção de ocupados não remunerados também aumenta, mostrando a crescente desorganização do mercado de trabalho brasileiro, com a piora na qualidade das ocupações geradas na década de noventa.

É importante destacar o aumento da proporção de mulheres que trabalham por conta própria neste período em ocupações predominantemente masculinas, que mostrou-se superior ao aumento entre os homens. Outro fator importante é a inserção masculina como empregados em ocupações tipicamente femininas (comércio, serviços pessoais, domiciliares e auxiliares da atividade econômica) mostrando uma maior miscigenação do mercado de trabalho, uma vez que mulheres passam a se inserir em ocupações antes dominadas por homens e vice-versa.

Uma maior homogeneização do mercado de trabalho também pode ser verificada ao se comentar os dados referentes à idade dos ocupados. Assim, os impactos do andamento da economia tendem a ser semelhantes para ambos os sexos. A diminuição de postos de trabalho para jovens e pessoas menos qualificadas interferiu no comportamento de ambos os gêneros, com diferenças menos gritantes entre homens e mulheres. O envelhecimento da população ocupada reflete também o envelhecimento geral da população brasileira, mas também as dificuldades encontradas por jovens ao entrarem no mercado de trabalho, onde maiores níveis educacionais são exigidos e a diminuição de postos para a faixa etária de 10 a 24 anos é observada com a queda na geração de emprego nos anos noventa.

A diminuição mais drástica de postos de trabalho para mulheres jovens ocorreu em ocupações tipicamente masculinas, que realmente não apresentaram crescimento nos anos considerados. Já no que diz respeito aos homens, há um aumento na proporção

de jovens entre 15 e 24 anos em ocupações tipicamente femininas. Estas ocupações sofreram expansão nos anos considerados e , mais uma vez apresentam uma inserção de trabalhadores do sexo oposto, tornando o mercado de trabalho mais homogeneizado.

No que diz respeito ao rendimento, a tendência verificada na década de noventa no Brasil é a piora no nível de remuneração de todos os trabalhadores. Os novos postos de trabalho, principalmente no setor terciário, podem ser classificados como precários, ou seja, apresentam baixa remuneração e pouco vínculo empregatício. A piora na remuneração dos trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo é generalizada, e não observa-se melhora no rendimento feminino. As diferenças existentes entre a remuneração masculina e feminina continuam. Homens ainda recebem mais do que as mulheres, mas a perda de rendimento ocorre para todos os trabalhadores. Segue-se uma tendência comum a ambos os sexos: a queda da qualidade de seus empregos. Este fato pode ser explicado, em parte, pela reestruturação econômica, que proporcionou um enxugamento do quadro de pessoal das indústrias, permanecendo empregados somente alguns profissionais mais qualificados. Com a expansão do setor terciário, mais especificamente ocupações ligadas ao comércio e serviços, empregos piores foram criados, ou seja, com pouco vínculo empregatício e baixa remuneração. A ampliação do setor informal em detrimento do formal, também é um fator responsável pela maior precarização do emprego no Brasil.

Nas ocupações predominantemente masculinas, a proporção de trabalhadores que recebem de 3 a 10 salários mínimos aumentou 6,1% entre 1989 e 1995. Este aumento não é comum a todas as ocupações e ocorrem justamente nas que as mulheres apresentaram aumento expressivo de participação feminina. Porém, nota-se que a

melhoria salarial se deu para os homens em ocupações predominantemente masculinas.

As ocupações tipicamente masculinas, no entanto, são as que surpreendem no que diz respeito à remuneração feminina. Há um aumento de 4,5% na proporção de mulheres com rendimento a partir de 5 salários mínimos mensais. Observa-se então que as mulheres que estão se inserindo em ocupações tipicamente masculinas apresentam melhor remuneração do que as que estão se inserindo em outras ocupações. Porém, a remuneração feminina, em geral, continua pior do que a masculina.

O grau de escolaridade melhorou entre os ocupados. Com a entrada de mulheres no mercado de trabalho, decorrente do maior surgimento de postos no setor terciário e diminuição de vagas na indústria propriamente dita, provocando a demissão de muitos homens, nota-se uma maior homogeneização do padrão educacional de ambos os sexos. Eliminou-se mais significativamente as ocupações que exigiam menor qualificação profissional, onde os ocupados eram, em sua maioria, homens.

Assim, pode-se concluir que as exigências de melhor escolaridade ou qualificação profissional não são refletidas com melhora no salário dos trabalhadores, muito menos através de uma equiparação dos salários recebidos por homens e mulheres. O aumento do peso do setor terciário e do mercado informal influenciaram na queda da qualidade dos empregos gerados na década de noventa. Novas dificuldades para jovens foram criadas com a queda de geração de emprego para a faixa etária de 10 a 24 anos e as posições na ocupação também foram alteradas. Observa-se uma queda da proporção de empregados em geral (ambos os sexos) e um aumento de trabalhadores por conta própria, empregadores (relacionado a pequenos negócios) e

não remunerados, salientando a modificação na distribuição dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo, produto da queda na geração de empregos na indústria, crescimento do setor terciário e de mercado de trabalho informal.

Anexo Metodológico:

Problemas metodológicos são apresentados ao se comparar anos diferentes utilizando a PNAD como fornecedora dos dados. Esta é uma pesquisa realizada anualmente, com exceção feita aos anos onde há Censo, e dispõe-se a investigar diversas características sócio econômicas como habitação, mão-de-obra, rendimento, instrução, saúde, etc.

Ao analisar-se o mercado de trabalho, os dados seguem conceitos utilizados pela FIBGE. Destacam-se na presente análise:

População Economicamente Ativa (PEA): população de dez anos ou mais que, no período da pesquisa (semana de referência, no caso da presente pesquisa), estava exercendo trabalho remunerado, estava trabalhando sem remuneração em algumas atividades por mais de 15 horas semanais, ou não estava trabalhando, caso estivesse tomando alguma providência para encontrar emprego. Assim, fazem parte da PEA os **Ocupados** (que trabalham regularmente) e os **Desocupados**, se procuraram emprego no último mês de referência.

Com o passar dos anos, a FIBGE foi introduzindo alterações na forma de apresentar as informações. Algumas delas dizem respeito a mudanças conceituais importantes como, por exemplo, a recente ampliação do conceito de trabalho. A partir dos anos 90, acatando recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a PNAD se reformulou, ampliando a conceituação de trabalho, que entrou em vigor a partir de 1992. Neste novo conceito caracterizam-se condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para autoconsumo e autoconstrução. O maior refinamento

do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas porque passa a considerar como trabalho atividades ligadas ao autoconsumo e autoconstrução, além de classificar como ocupadas as pessoas que exercem trabalho não remunerado com menos de 15 horas semanais.

Porém, este fato traz problemas metodológicos ao se fazer séries históricas. Assim, para se realizar a análise proposta foram feitas correções ao se comparar os anos de 1989 e 1995 utilizando a PNAD:

- Desconsiderou-se os trabalhadores cuja ocupação principal na semana de referência era produção para autoconsumo e autoconstrução no ano de 1995;

- Desconsiderou-se trabalhadores não remunerados com menos de 15 horas semanais trabalhas no ano de 1995.

Ao se utilizar a variável posição na ocupação, foi necessário elaborar uma adaptação que seguiu o seguinte critério:

- Agregou-se empregados com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários, outros, empregados sem carteira assinada, domésticos com carteira e domésticos sem carteira em 1995 em uma só categoria, referente à categoria 1 de 1989, que corresponde a empregados.
- Domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria formaram uma outra categoria única em 1995, podendo assim ser comparada a categoria mais genérica de empregados por conta própria em 1989.
- À categoria 1 de 1989 (empregados) agrega-se parceiros de empregados e trabalhadores agrícolas com ou sem intermediadores.

- Fundem-se também em 1989 trabalhadores por conta própria e parceiros de trabalhadores por conta própria. O mesmo acontece com empregadores e parceiros de empregadores.

Estas correções possibilitaram a comparação dos dados de 1989 e 1995 utilizando a PNAD, permitindo a análise das mudanças ocorridas sem erros metodológicos.

Com o objetivo de comparar a evolução salarial entre os anos destacados, utilizou-se o INPC corrigido como deflator. Assim, obteve-se as faixas de salário mínimo equivalentes em 1989 e 1995, sendo a base o ano de 1989.

Bilbliografia:

ALVES, E.; AMORIM,B. e CUNHA, J. - "Emprego e Ocupação: Algumas Evidências da Evolução do Mercado de Trabalho po Gênero na Grande São Paulo-1988/1995". In: *Alves, E. (coord.). Modernização Produtiva e Relações de Trabalho: Perspectivas de Políticas Públicas.* Petrópolis, Vozes; Brasília, IPEA, 1997.

ANDRADE,M. - "Setor de Serviços no Brasil: A Dualidade Revisitada(1981/1990)". Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE -UFMG. Tese de Mestrado, 1994.

BAER, W. - "A Economia Brasileira". São Paulo, Nobel, 1996.

BALTAR, P. - "Emprego e Informalidade das Ocupações Urbanas no Brasil dos Anos 90". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.

BALTAR, P. – "Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil". In: *Revista de Economia e Sociedade.* Campinas

BALTAR, P.e PRONI, M. - "Sobre o Regime de Trabalho no Brasil: Rotatividade da Mão-de-Obra, Emprego Formal e Estrutura Salarial". In: *OLIVEIRA, C. e MATTOSO, J. (coords.). "Crise e Trabalho no Brasil, Modernidade ou Volta ao Passado?".* São Paulo, Scritta, 1996.

BONELLI, R. - "Ensaios Sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil". Rio de Janeiro, SENAI-DN/DITEC/DPEA. CIET - Núcleo de Trabalho,1996.

BRUSCHINI, C. – "Trabalho das Mulheres no Brasil. Continuidades e Mudanças no Período 1985-1995". *Textos FCC*. Departamento de Pesquisas Educacionais. São Paulo, 1998.

BRUSCHINI, C - "Gênero e Trabalho Feminino no Brasil",1996.

BRUSCHINI, C. – "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas recentes". *II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho*. IPEA: Série Seminários n.7/94, c.II, 1994

DEDECCA, C. - "Brasil e México: Racionalização Econômica e Emprego". Cadernos do CESIT nº. 23, Campinas, UNICAMP.IE. CESIT, 1997.

ERBER, F. e CASSIOLATO, J. - "Política Industrial: Teoria e Prática no Brasil e na OCDE". In:Revista de Economia Política vol.17 no.2 (66),1997.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS – www.fcc.org.br

KANDIR e outros - "Caracterização Geral dos Planos de Estabilização...",1989.

KON, A. - "Perfil Ocupacional do Trabalhador Brasileiro Segundo Gênero". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.

LAVINAS, L. – "Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 1, 1997.

LEONE, E. – "Empobrecimento da População e Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 1980". In: *Mattoso e Oliveira (orgs.). Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo. Scritta, 1996a.

LEONE, E. – "Trabalho da Mulher e Renda Familiar na Região Metropolitana de São Paulo". Campinas. Mimeo, 1996b.

LEONE, E. – "A expansão do Emprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo nos Anos 90". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.

MATTOSO, J. & BALTAR, P. - "Estrutura Econômica e Emprego no Brasil: A Experiência Recente". In: VELLOSO et al. (coord.). *Brasil: Desafios de um País em Transformação.* José Olympio Editora, 1997

MATTOSO, J. e BALTAR, P. - "Transformações Estruturais e Emprego nos Anos 90". Cadernos do CESIT, nº 21. Campinas: IE/CESIT,1996.

MATTOSO, J. e POCHMANN, M. - "Globalização, concorrência e trabalho." In: Cadernos CESIT, núm. 17. Campinas: IE/CESIT,1995.

MONTAGNER, P. e WATANABE, M. - "Grupos Ocupacionais e Qualificação para o Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.

OLIVEIRA, G. – "Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio". São Paulo. Mandarim, 1996.

OMETTO, A. – "Participação da Mulher no Mercado de Trabalho: Segregação e Discriminação em Pernambuco e São Paulo". Piracicaba. ESALQ-USP. Tese de Doutoramento, 1997.

PACHECO, C. – "Transformações no Mercado de Trabalho Brasileiro entre 1980 e 1995 e Perspectivas Futuras". Unicamp, Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia, IE, 1996.

PACHECO, C. & POCHMANN, M. – "As Transformações do Mercado de Trabalho Brasileiro entre 1980 e 1995 e as Perspectivas Futuras". Campinas, Instituto de Economia. UNICAMP. Mimeo, 1996.

PIRES, E. - "Metamorfoses e Regulação: o Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 80". São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. Tese de Doutoramento, 1985.

POCHMANN, M. – "Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.

POCHMANN, M. - "O Problema Recente do Emprego no Capitalismo Contemporâneo". In : XXIV Encontro Nacional da ANPEC – Campinas, 1996.

WAJNMAN, S. ; QUEIROZ, B. e LIBERATO, V. - "O Crescimento da Atividade Feminina nos Anos Noventa no Brasil". XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte, 1998.